



# Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1979

ANO V

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1979**  
**SEXTA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Do Senhor João Paulino Vieira Filho, Prefeito Municipal de Maringá, no qual solicita a este Poder Legislativo, que intervenha junto ao Conselho Nacional do Petróleo para que sejam adotadas novas medidas, visando amenizar o regime de racionamento de combustíveis.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 42/79, do Senhor João Bosco Pires, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, encaminhando, para conhecimento desta Casa, Moção de Desagravo, subscrita pela Bancada da ARENA daquela Edilidade, para com os Senhores Vereadores do M.D.B., com exceção dos Edis Heitor Francisco Isidoro e Carmem Silveira Isidoro, daquela Bancada.— **Ao conhecimento da Casa.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência, para o Projeto de Lei n.º 12/79.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) João Elísio.

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto de Lei n.º 12/79, objetiva proporcionar benefícios a importantes Classes de Engenheiros, dos seus diversos ramos.

Idêntico projeto foi apreciado e recebeu Veto Governamental, por dispositivos que o tornaram inconstitucional.

Assim, o requerimento que ora propomos, tem por escopo, abreviar a satisfação dos anseios dos citados funcionários.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. VIJA AUZIINS SCHIMIDT, ocorrido nesta semana, no Município de Campo Largo.

Outrossim, requer, aprovado o presente, seja dada ciência da decisão da Casa, à família enlutada, na pessoa do Sr. MARTIN HEINZ SCHIMIDT. (Av. Porcelana, 621, Itaquí-Campo Largo).

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Carlos Zanlorenzi.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao "Jornal Rural" VOTO DE CONGRATULAÇÕES, pelo seu artigo base, publicado na sua edição de n.º 68, denominado "Sem Repensar Modelo, Novo Governo não Realiza Metas. Veja os Conflitos".

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência ao Ilustríssimo Senhor A.M.G. Haygert, Diretor Responsável do Jornal Rural.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Deni Schwartz.

**JUSTIFICATIVA:**

O artigo em questão retrata, com rara felicidade o atual estágio de nossa economia, razão pela qual, nada mais justo que o voto ora requerido.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, que seja enviado expediente desta Casa, apresentando um voto de solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos de São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo, pela sua luta constante por melhores salários.

Outrossim, requer, seja dado ciência do presente e do pronunciamento desta Casa, nos seguintes endereços:

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul e Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Darcy Deitos.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final, do Projeto de Lei n.º 166/78, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Augusto Carneiro.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a V. Ex.<sup>a</sup> que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretário da Educação e da Cultura, no sentido de que seja providenciada a instalação de um telefone no Grupo Escolar "Gabriel Prestes" na cidade de Palmeira, suprimindo uma necessidade bastante sentida por se tratar de um estabelecimento com grande número de alunos e retirado de recursos e falta de comunicação e já tem sido motivo de sérias apreensões e dificuldades na ocorrência de fatos que exigem pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Lineu Turra.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Presidente da SANEPAR, no sentido de que se tome providências urgentes para a normalização do sistema de água encanada, no Município de Santo Antônio da Platina.

Tal pedido, prende-se ao fato de reclamações de toda a comunidade platinense que já lançou até mesmo campanha para sensibilizar a SANEPAR. Sendo que também a Câmara de Vereadores já recorreu àquele órgão, e até agora nada foi resolvido. Anexa-se ao presente requerimento, fotocópia de ofício da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina e fotocópia de panfleto da campanha encetada pela comunidade, porém, sem qualquer resultado.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Tadeu Lúcio Machado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor DOUGLAS SOUZA LUZ, DD. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, solicitando providências urgentes para a eletrificação rural na localidade de FLOR DA SERRA, Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino.

## JUSTIFICATIVA:

As atividades da COPEL no atendimento desse setor, têm sido recebidas com satisfação por todos aqueles que trabalhavam sem a menor possibilidade de usar equipamentos e máquinas modernas, pelo fato de suas propriedades rurais não terem sido alcançadas pelos fios transmissores de energia elétrica.

A localidade de FLOR DA SERRA, situada no progressista Município de Capitão Leônidas Marques é composta de inúmeros agricultores, de pequeno e grande porte e necessita receber os benefícios da eletrificação rural, a fim de continuar o constante desenvolvimento que se tem verificado na sua produção agrícola e igualmente na pecuária.

Há quase dois anos atrás, os interessados entrarem com um requerimento nesse sentido, através do Município de Capanema, mas até agora a COPEL não atendeu, razão porque, tomamos a liberdade de reiterar a solicitação.

Esta reivindicação, se prontamente atendida, virá estimular a produção e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento daquela região, que já se destaca pela contribuição econômica cada vez mais expressiva que vem dando ao nosso Estado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Diretor Geral do I.T.C., sugerindo a publicação dos Anais do 1.<sup>o</sup> Simpósio Nacional de Ecologia.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Mário Celso.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Simpósio realizado em Curitiba foi realmente muito bom, contando com a participação de figuras consagradas na defesa de nossa ecologia, sentimos a necessidade e o dever de sugerir uma publicação, até mesmo em caráter de urgência, dos Anais desta reunião, pois na verdade, são os Anais a memória de um Congresso. Os assuntos ali debatidos e as teses apresentadas, são da maior importância, devendo servir de base para futuras ações, além de farto material de pesquisa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, DD. Governador do Paraná e o Secretário de Transportes, solicitando a urgente continuidade do asfaltamento do trecho rodoviário Campina da Lagoa a Iretama, passando por Nova Cantu e Roncador.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Edilson Alencar.

## JUSTIFICATIVA:

Sendo a região acima citada altamente produtiva, há necessidade urgente da continuidade dos trabalhos para a ligação ora solicitada para dar maior facilidade de escoamento das safras produzidas por aqueles municípios que serão ligados ao asfalto em construção de Pitanga a Campo Mourão.

A região acima se viu relegada a plano secundário nas administrações anteriores e por esta razão ficou esta região totalmente desservida: por estradas asfaltadas, causando com isto grande prejuízo à população laboriosa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita após ouvido o douto Plenário desta Casa, envio de ofício à Coordenadoria Regional do INCRA, sediado nesta capital, solicitando que o trâmite das cartas de anuência sejam efetivadas no prazo máximo de quarenta e oito horas.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Gernote Kirinus.

## JUSTIFICATIVA:

1.<sup>o</sup> — As cartas de anuência reivindicadas pelos agricultores da Região em que o INCRA está desenvolvendo estudos e levantamentos com nova medição das áreas, tem por finalidade encaminhamento de pedidos de financiamento de custeio, cujo prazo é limitado.

2.<sup>o</sup> — O INCRA, órgão que expede as referidas cartas, dispõe de um funcionário com tempo de um dia por semana para cada distrito, estipulando o prazo de vinte dias (20) para a entrega das cartas de anuência.

3.<sup>o</sup> — As áreas em que os estudos e levantamentos com nova medição estão ocorrendo, já são tituladas e registradas; a nova medição, no entanto, corre por conta dos proprietários, que devem se sujeitar a pagar a importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por alqueire.

4.<sup>o</sup> — Como existe limite de tempo estipulado pelo Banco para requerer os empréstimos, o agricultor não pode arcar com a demora da expedição das cartas de anuência sob pena de esgotar o prazo para o devido empréstimo.

Eis porque solicitamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o INCRA acelere a expedição das cartas de anuência.

# PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O Art. 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1976, fica acrescido do inciso seguinte:—

“Art. 39: . . . . .

XVII — Cultura e Esportes.”

Art. 2.º — A Comissão de Cultura e Esportes é competente para opinar sobre matéria cultural ou esportiva, cabendo-lhe, também, difundir e estimular iniciativas e realizações desses setores de atividade.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) Erondy Silvério.

## JUSTIFICATIVA:

É prática velha e salutar a adotada por esta Assembléia de manter suas comissões técnicas em número e atribuições que correspondam às das Secretarias de Estado do âmbito do Executivo.

Capacita-se o Legislativo, assim, a bem estudar e melhor fiscalizar toda a ação da administração estadual.

Tendo sido instituída, recentemente, a Secretaria Extraordinária de Cultura e Esportes é cabível e oportuna a criação, nesta Casa, do órgão técnico correspondente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocorre-nos vir hoje a esta tribuna, para tecer comentários perante os nossos colegas desta Casa, sobre duas grandes parcelas das forças econômicas do Oeste do Paraná, daquela região que é a maior produtora de milho e de suínos, em todo o Estado.

Referindo-nos, principalmente, ao milho, verificamos que, pelos motivos de ordem climática, desde o ano de 1975, a produção do ano passado foi a menor, com um total de 2.563.000 toneladas, enquanto que em 1975, os dados acusaram 3.814.000 toneladas, em 1976, 4.823,00 e, em 1.977, 4.593.000.

Respectivamente, nos anos referidos, o Paraná comercializou com o Exterior, 595.000, 944.000, 1.018.000 toneladas, e finalmente, 23.500 toneladas no ano de 1978. Comercializou com o mercado interno, respectivamente, 363.000, 675.000, 453.000 e, finalmente, 313.000 toneladas no ano de 1978.

Nota-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a comercialização com o mercado interno, ano a ano de 1978, a despeito da baixa produção de milho no mesmo ano, acusou um índice apenas um pouco inferior ao dos anos de 1975 e 1977, quando a produção nesses dois anos, foi de sessenta e cinco e oitenta por cento mais elevadas.

O Paraná necessita de cerca de 3.200.000 toneladas para o seu próprio consumo, para atender aos reclamos da avicultura, suinocultura, rações, sementes, etc. — Portanto, é imprescindível que sejam tomadas medidas de precaução e restritivas, para que os produtores, nessas áreas, se tranqüilizem com a segurança que tais medidas vierem a lhes proporcionar, na obtenção de milho em grão, suficiente às suas necessidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É oportuno destacar outra particularidade na comercialização do milho produzido

no Paraná que é frontalmente prejudicial ao erário público de nosso Estado.

As fábricas de rações, cujos maiores compradores situam-se nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm o privilégio de estarem isentas do pagamento do I.C.M., que é de quatorze por cento. Enquanto tal privilégio é concedido às fábricas de outros Estados, as fábricas de rações localizadas no Paraná pagam o referido imposto. Não se deve pretender que as fábricas paranaenses fiquem isentas. Absolutamente não. O que é necessário é que não haja privilégio para ninguém, que todos paguem o I.C.M. — Resultado: as fábricas localizadas fora das divisas do Paraná, entram no mercado comprador paranaense com um “handcap” de quatorze por cento. Pagam de imposto apenas o IPI nos seus Estados de origem.

E acontece mais o seguinte: a pauta da SUNAB determinou o preço de Cr\$ 130,00 por saca, para os fins de ser calculado o I.C.M. e que não achamos justo, quando que o que parece verdadeiro é a determinação do valor, de acordo com o preço do mercado, que, como haveremos de constatar, é bem maior.

Como é de nosso conhecimento, a produção paranaense de suínos é de proporções impressionantes, e tem sofrido um crescimento cuja progressão fica melhor indicada face aos números que passamos a expor:

Em 1975. . . . .	63.200 toneladas
1976. . . . .	71.000 toneladas
1977. . . . .	84.000 toneladas
1978. . . . .	não existem ainda os dados sobre o ano de 1978

A população de suínos no Paraná, em 1975 foi de 6.070.000 cabeças, e em 1976 foi de 6.150.000 cabeças.

Convenhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, necessitamos efetivamente de tomar medidas de precaução e de restrições quanto ao milho que se produz no Paraná. Mais do que nós, os números atestam esta verdade. Solicitamos, pois, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Dr. Reinhold Stephanes, nos termos deste nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última quarta-feira, acompanhamos em parte, o pronunciamento do Deputado José Tavares da Silva, da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, sobre o problema da segurança pública no Estado. E somos, infelizmente, levados a uma linha de pensamento de concórdia para com as palavras do eminente parlamentar oposicionista.

Realmente, como disse o Deputado Tavares, o Paraná tem vivido momentos de tensão e insegurança, diante da escalada da violência, dos crimes de todas as espécies, desde simples assaltos até latrocínios.

Aliás, Curitiba foi palco esta semana de mais um bárbaro e hediondo crime de latrocínio, do qual foi vítima o comerciante Luís Reys, residente no conjunto Saturno, em nossa Capital. Crime que até o momento não teve os seus autores conhecidos.

Na realidade, hoje ninguém mais tem segurança, porque somos forçados a crer que a marginalidade, em todos os escalões, está ganhando a corrida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em se falando de segurança pública, não se poderá querer tapar o sol com a peneira. É um problema muito sério e sentimos de perto. No dia-a-dia de nossas atividades profissionais, como homem de imprensa, ao longo de muitos anos, coletamos testemunhos, provas e dados de lamentáveis episódios policiais, onde o patrimônio, onde os bens, onde as famílias têm sido as grandes vítimas dessa escalada.

Se por um lado devemos reconhecer que o problema não é exclusivamente paranaense, mas sim um fenômeno nacional, e até mundial, do outro lado acreditamos ser necessário que alguma coisa se faça, se faça com urgência. Urge que se tomem medidas drásticas no sentido de se modificar esse estado de coisas. Medidas capazes de proporcionar alívio à população paranaense, população assustada, amedrontada. Medidas capazes de minimizar o volume de ocorrências policiais, capazes, inclusive, de determinar o esclarecimento de dezenas de casos insolúveis em todo o Estado.

Ainda hoje o jornal "Tribuna do Paraná" mostra, em sua página policial, alguns casos de crime acontecidos aqui na Capital, que estão sem solução e esses casos somados aos do interior do Estado, nós teríamos um número elevado, elevadíssimo.

Os problemas são realmente sérios. Segurança pública, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é muito abrangente e reconhecemos que o problema social de nossa época, problema grave, serve de mola propulsora para esta instabilidade.

Mas, sempre há esperança de que esta situação se modifique. Estamos com novos governantes, com um novo Secretário de Segurança Pública, com um novo Diretor de Polícia Civil. E, nos contatos que mantivemos com essas autoridades, pudemos sentir das mesmas o desejo da realização de um grande trabalho. Via de consequência, muitas medidas serão tomadas nessa área, na área da segurança.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço, neste momento, o registro de um crédito, de um critério de confiança para com os novos responsáveis pela segurança pública. Sabemos quão difícil é a missão. Mais difícil, porém, é acreditar que nada seja feito.

Vamos dar este crédito de confiança. Esperamos medidas na segurança.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, terceiro orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): Todas as formalidades foram cumpridas, os discursos feitos e os assentos tomados. E a herança recebida. Dependente em extremo das decisões do Governo Central, a agropecuária Nacional, volta-se à Brasília esperando os primeiros éditos, proclamas e anúncios da nova administração.

Mesmo que o agora Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen diga com suspeita freqüência que Democracia quer dizer distribuição de cotas de sacrifícios por todas as camadas sociais, as decisões das políticas continuam ciosamente centralizadas em Brasília. Quer dizer, não existe contrapartida. Na hora do sacrifício somos todos cordeiros. Na hora da fixação de políticos, somos os fiéis e eles os supremos sacerdotes. Delfim, em seu discurso de posse, exigiu de todos "uma parcela de seu trabalho". Trabalho, isso a agropecuária nacional jamais negou, mesmo que os frutos desse trabalho tenham sido de insuportável digestão. Ela quer é ser ouvida e acatada. Ainda mais que Delfim Neto recebe uma herança nada apreciável. Não por culpa única de Alysso Paulinelli. Por culpa do "modelo". Do "modelo" que privilegiou o grande capital na agricultura, produtor de culturas dirigidas à exportação e massacrou o pequeno produtor de nosso feijão com arroz de cada dia. Nesses cinco anos passados, por mercê da concentração da propriedade da terra (coisa acontecida inclusive no até então democrático campo paranaense), de uma mecanização, que obedeceu mais aos interesses das multinacionais de máquinas agrícolas que uma política séria, objetiva e ordenada, da falta de estímulo ao pequeno e médio produtores, acentuou-se o êxodo rural. As cidades tomadas de assalto por levas e mais levas de retirantes. O avanço da grande propriedade dirigida

à produção de excedentes exportáveis influenciou também decisivamente na diminuição da oferta de produtos alimentares, de gêneros de primeira necessidade. Com isso, elevaram-se os preços dos alimentos e hoje, na formação dos índices do custo de vida o feijão com arroz têm uma participação significativa. Produzindo menos alimentos, o país, esse imenso e fértil país, comporta-se como uma Índia ou um Irã qualquer, importando alimentos para o consumo diário de seu povo. Dessa forma, agravam-se as contas da balança do mercado exterior, aprofundando-se o "déficit", fechamos mês após mês em vermelho. Não bastasse a altíssima conta do petróleo, bode expiatório de todas as mazelas nacionais, fornecendo digo, fornecemos divisas ao México ou qualquer outro país do Terceiro Mundo importando arroz, milho e feijão ou leite em pó. Aliás, quando em "campanha", o general Figueiredo disse lá no Rio Grande do Sul, que um dos maiores absurdos brasileiros era a importação de carne e leite, tendo em vista a imensidão e a potencialidade das terras nacionais. Que o General então se escandalize quando o Ministro do Planejamento for a ele pedir licença para que importemos arroz, feijão, milho, cebola e alho. O avanço do grande capital (inclusive multinacional) no campo contribui ainda para o aumento da tensão social em inúmeras regiões brasileiras e o acirramento dos conflitos pela posse da terra (e isso sem que se mencione as seqüelas ecológicas). Essa a herança recebida por Delfim. Ajuntem-se a isso outras "doações", como a política de crédito, os confiscos e taxas, as NPRs, a política de preços mínimos, os preços dos insumos. Enfim, um acervo, uma massa de problemas que nada mais são que consequências, seqüências do "modelo" simonsiano de desenvolvimento econômico. Cortar os subsídios? Muito bem. Mas o Dow Chemical, a Dupon, a Massey Fergusson, a Ford, Catterpillar e todas as multinacionais que foram os reais beneficiados pelos subsídios vão concordar pacificamente com a mudança? Os grandes investimentos feitos pelos grandes capitais no campo ou em atividades paralelas, correlatas, aceitam uma brusca mudança no rumo da política agrícola? Nada foi feito para o pequeno produtor, se os benefícios aos grandes capitais forem comparados com a "assistência" ao pequeno e médio produtor. Os juros baixos, como disse um engenheiro agrônomo examinando a passagem de Paulinelli pelo Ministério, nada mais são que a socialização dos prejuízos, enquanto os ganhos são privatizados. Aliás, a bem da verdade, que não se culpe Paulinelli ou governo recém-encerrado. O modelo também é uma herança que eles receberam e herdaram. E Delfim Netto diante disso tudo? Ele pede o trabalho, a dedicação de todos. É pouco. É nada. Trabalho não é novidade para o homem do campo. Ele pede trabalho, mas nega uma reivindicação primeira: a mudança do "modelo". E uma das implicações de se mudar o "modelo" é rever a política que privilegia a grande empresa rural, a concentração da propriedade da terra. Enfim: revisar a estrutura em que se apóia a agropecuária nacional. Ele diz que vai fazer isso. Com outro instrumento: impostos. É suficiente? Alguns especialistas dizem que não. Que imposto paga menos quem mais pode. Que na proporção latifúndio minifúndio, segundo dados do próprio INCRA, os primeiros pagaram, mais que os segundos. O General João Baptista Figueiredo ressaltou em seu discurso de posse: "Reafirmo a prioridade ao desenvolvimento agropecuário, como meio de prover rapidamente a elevação dos padrões alimentares do povo, como forma de melhorar substancialmente a qualidade de vida nos campos". Será isso possível sem um profundo repensar do "modelo"? Rischbieter disse em sua posse que não há "fórmulas mágicas". Se não as há, qual o remédio?"

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que acabo de ler não é de autoria deste Deputado, mas se

encontra no corajoso "Jornal Rural" do nosso Estado, jornal este, que vem mantendo uma linha de independência, impressionante.

A razão de eu haver lido estas linhas, é para justificar o requerimento que ora faço à Assembléia, requerimento de um voto de congratulações ao "Jornal Rural", pelo seu artigo-base da edição n.º 68, denominado "SEM REPENSAR MODELOS, GOVERNO NÃO REALIZA METAS. VEJAM OS CONFLITOS".

Srs. Deputados, este requerimento a nós parece de grande importância e em especial neste dia, em que o Governo demonstra a abertura que pretende fazer no País, abertura a cassetetes, na cabeça do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos encaminhando, neste instante, um requerimento a esta Casa, no sentido de se fazer um voto de solidariedade à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e outras entidades, quanto ao caso do seqüestro dos uruguaios.

Me permitiria ler, inicialmente, o requerimento, Sr. Presidente. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, dentro das formalidades regimentais, requer seja encaminhado expediente à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Ordem dos Advogados (Secção do RS) e Associação Brasileira de Imprensa, pela firme e destemida posição assumida quando da violação de nossa soberania nacional, com o seqüestro e posterior prisão do casal LILIAN CELIBERTI e UNIVERSINDO DIAZ, ocorrido com a clara participação das forças de repressão conjunta do Cone Sul, envolvendo policiais brasileiros e uruguaios, enfatizando em tal oportunidade a solidariedade desta Assembléia pelo pronto esclarecimento da verdade.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoiamento: Renato Bernardi."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, já vai longe o seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias, e, oportunamente, a Casa de Leis do Rio Grande do Sul, dando mais uma demonstração de independência, coragem e brasilidade, acaba de instalar, neste dia, nesta manhã de hoje, uma CPI objetivando o pronto esclarecimento da verdade.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem um significado altamente cívico, em busca da justiça, porque não é possível, quando se fala tanto em segurança nacional, que no Rio Grande do Sul ocorra o caso dos seqüestros, à vista das autoridades brasileiras.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos o apoio a este requerimento, ao mesmo tempo em que queremos deixar registrado o nosso integral apoio e a nossa solidariedade à Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, à Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados da Itália, eis que acaba de chegar, chegou ontem ao Brasil, o advogado encaminhado para este sentido, o jurista italiano Luigi Saraceni, especialmente designado para acompanhar, mais uma vez, este famigerado caso; também a nossa solidariedade à Associação de Imprensa do Rio Grande do Sul, à Associação Brasileira de Imprensa, à própria Imprensa gaúcha, aos jornalistas, em todos os sentidos, e em todo o Brasil, que estão dando cobertura diária e plena a esta situação, para que, de uma vez por todas, possamos esclarecer definitivamente este caso dos seqüestros dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é hora de nós, também aqui no Paraná, darmos o nosso apoio aos nossos irmãos gaúchos, e àquela Casa de Leis que instalou hoje, às 9:30 horas, a CPI do seqüestro dos uruguaios. Por isso,

em nome do outro ilustre colega da bancada do MDB, o nosso amigo Deputado Renato Bernardi, presente, que também subscreve este pedido, nós conclamamos a todos os Deputados, que façamos esse apoio para que, também as Casas de Leis, as Assembléias Legislativas, tenham respeito na busca da verdade, que continua obscurecida em nosso País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, consultaria a Mesa se este é o horário reservado à liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) V. Ex.<sup>a</sup> está inscrito no Pequeno Expediente. Entretanto, nós consultamos se deseja usar do horário da liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI — Se não há mais oradores inscritos, eu usarei o horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É chocante até, ou melhor, são chocantes até as primeiras declarações do homem encarregado de manter o contato com a imprensa brasileira, do novo Governo Figueiredo. O Sr. Said Fährat, atribui o projeto do MDB, que visa devolver ao Congresso Nacional, mudanças da regra do jogo. O MDB apresentou, no Congresso Nacional, uma Emenda Constitucional, que devolve ao Congresso Nacional, o poder de conceder anistia, e o Governo diz que é contra isso, porque seria mudança da regra do jogo. Ora, minha gente, se ao tomar posse no cargo de Presidente, o General Figueiredo diz que quer redemocratizar o País, Jurou que tornaria isto aqui uma democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É difícil de entender o que é que o Governo quer, porque, redemocratizar o País, é devolver ao Poder Legislativo — e este é o conceito de democracia —, devolver ao Poder Legislativo as prerrogativas que ele tem direito, e que ele tinha. É fazer com que o Executivo não tenha, como tem agora, toda esta gama de poder, para dar as iniciativas e as prioridades da Nação.

Portanto, é difícil de entender, o que seja mudança das regras do jogo. Mudanças das regras do jogo, foi o Executivo atribuir para si o poder de anistiar. Isto é mudança de regra do jogo. Então, entende o Governo de que voltarmos à democracia sem mudar essas regras expúrias que estão aí, sem que o Poder Legislativo, o único que ainda permanece diretamente eleito pelo povo, tenha esta capacidade de anistiar. Por isso, é difícil de entender, mas não seja o MDB e não seja esta liderança que vai defender o nosso projeto.

Quero deixar transcrito nos Anais desta Casa, para ver a incoerência do Governo, porque são os principais editoriais de hoje, dos jornais, que consideram válido o projeto do MDB e incoerente a posição do Governo.

Veja-se, por exemplo, um dos editoriais da "Folha de São Paulo". (Lê):

"A proposta do Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, que quer introduzir uma emenda à Carta Constitucional, a fim de passar a atribuição de conceder anistia, da Presidência da República para o Congresso, é nítida, clara e inteligível. É uma proposta de fins conhecidos, objetivos expostos e definição automática.

E tem mais de um mérito. O primeiro deles, sendo o de retirar dos ombros do Governo, a pesada carga de ter que enfrentar alguns setores da corporação militar para, afinal, conceder uma anistia que tenha passado pela aprovação de todos os escalões.

Nem há porque considerar que o MDB executa, com sua iniciativa, uma manobra política hábil; em primeiro lugar, porque a habilidade e a coesão não são propriamente virtudes específicas da oposição parlamentar; e, em seguida, porque é ilícito julgar que os oposicionistas considerem que conceder anistia deva ser atribuição do Congresso e não do Poder Executivo.

De que este seja realmente disposto a conceder a anistia, ninguém duvida. O Presidente Figueiredo tem dado mostras do desejo de democratizar o País, tendo-o reafirmado no discurso de posse, com ênfase precisa, embora conceitualmente, tenha recuado na formulação daquilo que entende por democracia. Mas o Presidente está sujeito a pressões e contrapessões, dentro do sistema de suporte ao Governo, as quais precisa atender sem perda de sua autoridade; sabe-se que existem setores contrários a qualquer tipo de anistia. É também do conhecimento público que existem áreas que estão dispostas a concedê-la, se espalhada em condições e ressalvas discriminatórias; e não será absurdo imaginar que existam faixas de opinião dentro do próprio sistema de apoio governamental, que favoreçam a concessão de uma anistia limitada no âmbito, e restrita no alcance.

A iniciativa do Sr. Ulisses Guimarães, é, portanto, mais do que legítima. Se terá êxito ou não, é outra coisa, o que não lhe tira o valor intrínseco de solução nacional, pois pacificadora, e de solução institucional, pois transfere para o Poder Legiferante, a decisão que, porventura, pese demais sobre o Governo, obrigado, provavelmente, a adiá-la para ocasiões que creia mais oportuna.

O Congresso não tem compromissos com a catástrofe e nem com as tensões. Cabe-lhe dar soluções dentro da lei que ele pode modificar, capazes de pacificar a Nação, e de nos apressar no caminho da Democracia".

Mas, transcrevo ainda, Sr. Presidente, o artigo do jornalista Luiz Alberto Bahia, um dos mais conceituados cronistas políticos desta Nação:

"Ao apresentar seu projeto de anistia, o MDB segue o bom conselho do General-Presidente do Superior Tribunal Militar: "O que não foi outorgado pode ser conquistado pelo próprio voto popular, segundo a promessa de mudança já iniciada".

Se o Congresso aprovar o projeto de restauração de seu poder de anistiar, terá havido conquista pelo próprio voto popular, uma vez que não resta dúvida sobre a origem do Congresso, no voto popular.

Há aspectos importantes a considerar na iniciativa da Oposição. Ela se adianta à iniciativa do Governo, o qual parece ciente a respeito de qualquer avanço de seu possível projeto político, no que tange à suposta "mudança já iniciada". Temos dito aqui, que o projeto do regime não é de mudança, mas sim de conservação através de concessões e de aperfeiçoamentos. Daí, a vacilação diante da questão da anistia. Esta pode significar mudança, e não apenas aperfeiçoamento.

Ao se adiantar, o MDB coloca a Arena diante da necessidade de decidir contra ou a favor da devolução do poder de anistiar ao Congresso, ou tentar precipitar a apresentação da anistia pelo Executivo. De qualquer forma, o MDB coloca a Arena sob pressão, capaz de gerar tensões internas dentro do oficialismo partidário. Pela primeira vez, o partido da Oposição, retoma a iniciativa política, de modo consequente, após as eleições de novembro. Por isso, já se sente a liderança arenista literalmente atrapalhada, diante do projeto que devolve ao Congresso o poder de anistiar.

Este é o segundo aspecto a considerar do ponto de vista da política da valorização do Congresso, que temos julgado indispensável ao "Partido do Congresso". A devolução do poder de anistiar é um item da política do "Partido do Congresso", visando restabelecer no Brasil a Democracia congressional, em lugar de regime corporativo-partidário. Outros itens da devolução precisam ser considerados e transformados em emendas constitucionais, de forma a obrigar a bancada da Arena a decidir a favor ou contra o regime democrático-congressual. O capítulo da divisão de poderes e de atribuições de soberania, em uma palavra, precisa ser reescrito na Constituição vigente, para que se possa deixar de falar em outorgadas e se

cuide efetivamente das mudanças do regime.

O terceiro aspecto da questão, diz respeito justamente à distinção entre a falsa democracia outorgada (o regime corporativo liberalizado) e a democracia conquistada. A emenda constitucional do MDB significa realmente mudança, deslocamento de soberania em favor do Congresso. É isto aparentemente que a liderança arenista no Congresso - Sarnei e Passarinho - não estará disposta a aceitar, um indício de que se comportam menos como membros do Congresso e mais como Delegados do Executivo.

A teoria de que o MDB segue uma política de "fatos consumados" para o Executivo, faz sorrir. Pois ninguém mais neste País segue tal política do que o presente regime. Ele pratica rotineiramente fatos consumados, inclusive quando outorga decisões por decreto sem discussão democrática preliminar. É "foul" apelar para este tipo de argumento. Nem será legítimo supor que só o Governo e a Arena podem e devem tomar iniciativas constitucionais. Seria o mesmo que pedir que a Oposição acatasse o período de imobilismo e de quarentena, que estará na intenção do Presidente Figueiredo impor ao País, para que ele possa tomar pé no estribo do Governo.

Se o Governo não quer devolver ao Congresso o poder de anistiar, sem iniciativa do Governo, tal atitude significa que ele quer continuar fiel à política de ações políticas outorgadas pelo Governo, o qual reteria o monopólio da iniciativa institucional. Seria o caso de perguntar-se: para que então, o Congresso? Para apenas referendar a vontade do príncipe em um regime monocrático?

Finalmente, é insustentável que o esquecimento deve ser privilégio do príncipe. A anistia democrática, como esquecimento e integração, será sempre ato do povo e de seus representantes para que seja algo digno do nome anistia".

Portanto, Sr. Presidente, não podemos aceitar a afirmativa de que devolver ao Congresso Nacional o poder de anistiar, signifique mudança das regras do jogo. Se assim entende o novo Governo, que se fará abertura apenas outorgando, apenas o Presidente no alto de Sua Majestade, diga à Nação isto pode, isto não pode, então, Sr. Presidente, é uma farsa esta intenção do Presidente, de democratizar. Quando impede que o povo através do Congresso Nacional participe e dê iniciativa a processos inclusive de mudar a Constituição, quando o Presidente impede isto, quando o Executivo cerceia esta iniciativa do Congresso Nacional, pode acontecer tudo, menos democracia, porque democracia, pressupõe a participação do povo e o povo só pode participar através do Congresso Nacional.

Que temor é este, seria então de se perguntar. Não se está dando anistia; está se restaurando ao Congresso o poder de anistiar. E este Congresso que é integrado até por Senadores biônicos, Sr. Presidente, aqui então há de se perguntar, esse Congresso que tem até membros expúrios lá dentro, que entram pela porta do fundo, se o Governo não acredita neste mesmo Congresso, Sr. Presidente, então o Governo não acredita no povo, o Governo, nos altos de Sua Majestade, acha que só ele é dono da Nação, e assim quer raciocinar, e quer por seis anos, levar a Nação.

Portanto, fica a pergunta, a pergunta fica e dentro da própria Arena, que sabemos tem gente que é favorável à anistia. Será então, que o Partido do Governo aceitará esta imposição do Executivo de impedir que homens da Arena, conscientemente eleitos também pelo voto direto, abram mão desta prerrogativa, que é uma prerrogativa do povo, anistiar o seu semelhante? Uma anistia se entende exatamente como esquecimento e integração. Será que o Congresso Nacional, e repito aqui, com a presença dos biônicos que votarão cegamente onde o Executivo mandar, será que o Governo que tem a maioria no Congresso Nacional tem medo de devolver a este Congresso o poder de anistiar?

Então o Governo não acredita no seu próprio Partido. En-



tão a Arena tem que tomar uma posição contra isto, porque lamentavelmente não poderão os homens conscientes e responsáveis da Arena admitir que continue esse estado de coisas, de que nem o Partido do Governo possa participar das grandes decisões nacionais.

É a pergunta, Sr. Presidente, e a interpretação e a resposta ficam a cargo dos ilustres componentes do partido oficial.

**O Sr. Deni Schwartz** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

V. Ex.<sup>a</sup> dá um retrato do Brasil, e se abrirmos os jornais de hoje, estarrecidos nós veremos como aqui na nossa província se tratam os ilustres Deputados da Arena.

Quando o Governador colocado aí no Palácio Iguaçu, exige uma satisfação daquele Deputado que, por qualquer razão, votou no "NÃO"; exige uma satisfação, como se exige do Chefe de Gabinete, como se exige do subalterno, e está nas folhas dos jornais: "O Sr. Governador irritado, porque teve um voto "NÃO", e esse voto "NÃO" não lhe foi indicado, não lhe foi anunciado antecipadamente. Tratando os Deputados da Arena, e aqui tem a solidariedade deste Deputado, aquele que tem a coragem de votar "NÃO". Os Srs. Deputados da Arena, todos, tem a solidariedade deste Deputado agora. Porque, na verdade, não podem ser tratados como chefes de gabinetes, subalternos, como foram tratados ontem, quando o Sr. Governador se rebelou com um voto "NÃO", voto esse que não lhe foi comunicado antecipadamente, como se o Deputado precisasse ir de joelhos comunicar o que pensa, a Sua Magestade, o Senhor imposto, Governador do Estado.

Era o aparte.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Tem o aparte agora o Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Deputado, nós que estamos assistindo o seu pronunciamento, conhecendo a sua orientação, a sua formação de democrata autêntico, e também conhecendo a formação do nobre companheiro da Assembléia, amigo que aprendemos a admirar, que na sua maneira de procurar acertar, muitas vezes, julga precipitadamente.

E queríamos dizer a Vossa Excelência, e ao Deputado Deni Schwartz, que nós, como um dos Deputados da Arena, talvez dos mais humildes, dos menos ilustrados, tivemos ontem, com o Sr. Governador Ney Braga, e a verdade para que a luz, para que o povo do Paraná e para que esta douta Assembléia, esta Casa de Leis, que hoje estamos procurando como os dignos companheiros do MDB, essa abertura necessária, para que possamos, integrados num só pensamento, trabalhar pelo nosso povo, pela nossa terra. Não vamos dizer que o nobre Deputado Deni Schwartz faltou com a verdade, mas faltou com a verdade o seu informante.

Porque nós estivemos lá, e Ney Braga em momento nenhum e em hora nenhuma, cobrou dos Deputados, somente ele agradeceu aos Deputados que votaram no seu candidato Prefeito Jaime Lerner, e por isso nós não podemos admitir, nós componentes desta bancada arenista, tão digna como a bancada do MDB, não podemos admitir que o nobre Deputado, embora com a sua grande capacidade de discernir e de definir as coisas, venha a faltar com a verdade aqui, desta tribuna. Porque, tudo que o Deputado Deni Schwartz falou em seu aparte, é inverídico, porque foi mal informado.

Nós estivemos lá, dentro da honra e da dignidade, de um parlamentar que veio também a esta Assembléia pelo voto direto. Pela quarta vez estamos aqui, defendendo um ideal só, que é a democracia do Brasil e do Paraná.

Agora, não podemos admitir que se atire pedras num Governador do gabarito de Ney Braga, que vem dialogar com a bancada da Oposição e a bancada da Arena, porque ele só quer o bem estar de sua terra e de sua gente.

Se houve um voto contra, é um problema íntimo do Deputado que votou contra, um problema interno de nossa

bancada, e Ney Braga, ao nos receber no Palácio, nem referência fez ao voto contra. A única referência que se faz, foi agradecer aos companheiros da Arena que votaram no seu candidato.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Vossa Excelência permite que eu conclua o meu pensamento.

Eu desejaria contraditá-lo, eminente Deputado Gabriel Manoel...

**O Sr. Gabriel Manoel** — Obrigado. Eu não quero fazer discurso paralelo, agradeço, só quero que diga a seu povo, ao povo do Paraná, que a verdade é meridiana...

**O SR. PRESIDENTE** — (Tércio Albuquerque) O Deputado Sguarezi tem apenas um minuto para concluir a sua oração.

**O Sr. Nestor Baptista** — Apenas gostaria de esclarecer ao Deputado Gabriel Manoel, que não faltou com a verdade o nosso companheiro Deni Schwartz, mas sim a imprensa, segundo o Deputado Gabriel Manoel, que passa a ser mentirosa. Tenho em minhas mãos...

**O Sr. Gabriel Manoel** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O Sr. Nestor Baptista** — ... o jornal "Correio de Notícias", onde diz o Governador - que não considera...

**O Sr. Gabriel Manoel** — Eu nunca chamei a imprensa de mentirosa.

**O Sr. Nestor Baptista** — ... digno de respeito quem se acoberta. Então, a imprensa está sendo acusada de mentirosa.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Pela ordem, Sr. Presidente.

Não admitimos que um Deputado nos jogue a pecha para procurar nos incompatibilizar com a imprensa. Dissemos apenas que os informantes do Deputado Deni Schwartz, faltaram com a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** — (Tércio Albuquerque) Continua com a palavra, o Deputado Nilso Sguarezi.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminente Deputado Gabriel Manoel.

Não pretendemos entrar em assuntos domésticos da Arena, mas o assunto tomou vulto, porque a imprensa de hoje denunciou. Os dois jornais que denunciaram, são propriedade de dois Deputados Federais da Arena, o Sr. Paulo Pimentel e Adolpho de Oliveira Franco. Quando a notícia vem à rua, ora, isto aqui é uma caixa de repercussão do povo paranaense.

Parece-me que cabe ao Governador Ney Braga, se não disse o que está escrito nos jornais, cobrar dos mesmos, porque nós também não vamos admitir que os jornais venham mentirosamente, criar confusão dentro da vida administrativa e política do Estado.

Cabe, Sr. Deputado Gabriel Manoel, e vem a resposta ao aparte de Vossa Excelência, uma explicação, — afinal de contas, o Governador Ney Braga ficou irritado ou não?

**O Sr. Gabriel Manoel** — Não ficou.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Eu fico aqui com a palavra de Vossa Excelência, e devolvo à imprensa para que justifique -, a palavra do Deputado Gabriel Manoel, que não ficou irritado o Governador, ou quem sabe o próprio Governador venha a campo limpo e explique, Sr. Presidente. É necessário uma explicação, não podemos ficar nesta confusão: - ficou irritado ou não ficou? Existe ovelha negra ou não existe?

E também me solidarizo com o Deputado que votou; voto secreto é para estas coisas. Para o sujeito ser livre, ter a liberdade de votar.

**O Sr. Palácios** — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento) Eu apenas gostaria de esclarecer que nós votamos livremente, e não recebemos nenhuma ordem com o Chefe de Gabinete; falo por mim, e creio que falo pelos nobres colegas de bancada.

Votei porque Jaime Lerner foi meu colega de escola de Engenharia, porque Jaime Lerner prestou grandes serviços a

Curitiba como Prefeito, em gestões anteriores, e também porque é um dos grandes nomes da engenharia e arquitetura brasileira, hoje de renome mundial e, por isto mesmo, não posso, me permita o nobre colega, Deputado Deni Schwartz, não o recebo pelo menos em meu nome, em nome dos colegas da Arena, que nós tenhamos sido pressionados e tenhamos votado com ordem de chefe de gabinete.

Agradeço a gentileza do companheiro de ter cedido o aparte, muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu fico honrado com o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e concluo apenas para dizer que o que o Deputado Deni Schwartz quis afirmar, que a recíproca é verdadeira, se o Deputado tem liberdade para votar a favor, deve ter para votar contra. Parece-me que ele se solidariza com o que quer ter a liberdade de também votar contra. Não é possível que um só voto irrite o Governador, porque quando tiver mais votos não sei o que vai acontecer com o Palácio Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Consulto a liderança da Arena, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Usará da palavra o Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi com atenção o pronunciamento feito pelo nobre Líder do Movimento Democrático Brasileiro. E confesso que redobrei a minha atenção ao momento em que se pronunciou o Deputado Deni Schwartz em aparte ao pronunciamento do Líder do seu partido.

E se venho, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta tribuna, é porque quero manifestar a minha contrariedade e a contrariedade dos meus companheiros de bancada, pelo que afirmou o Deputado Deni Schwartz. E quero fazê-lo, em nome daquele mesmo respeito que, quando do meu primeiro pronunciamento desta tribuna disse que oferecia aos Deputados da Oposição; mas entendo o respeito como um comportamento recíproco. Não foi a primeira vez, que nesta Casa, ouvimos afirmações incompatíveis com a ética parlamentar, partidas de Deputados da Oposição. Ouvimos, com tristeza, um Deputado do MDB afirmar que um companheiro nosso, de partido, é moleque; ouvimos, por outro lado, outras afirmações, mesmo que algumas implícitas, aos Deputados da Aliança Renovadora Nacional.

Cabe aqui lembrar, que a fonte da presença de cada um de nós é a mesma. Todos nós estamos aqui porque o povo do Paraná nos delegou um mandato e este mandato precisa ser exercido realmente com seriedade, com responsabilidade e com aquele respeito que ofereci no meu primeiro pronunciamento aos Srs. Deputados da Oposição, enquanto oferecia aos meus companheiros de bancada, a minha lealdade.

Mas vejo hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, novamente...

O Sr. Gernote Kirinus — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei o aparte a quem me solicita, mas peço permissão para concluir meu raciocínio.

Vejo hoje, de forma reiterada, que por presunção, ou por maldade, ou por má informação, a Oposição novamente, tenta atingir — porque não nos atinge; tenta atingir a bancada da Aliança Renovadora Nacional. E como estivesse em Palácio, com outros companheiros nossos, e como não presenciei em momento algum, o Governador tentou cobrar qualquer infidelidade, porque respeitou a vontade soberana de cada um dos parlamentares presentes na sessão de ontem, para votar no seu indicado para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Venho aqui, trazer o meu protesto, ao mesmo tempo em que venho trazer um apelo para que haja, pelo menos, o respeito, que deve presidir o relacionamento entre homens que devem ser maduros, e que de-

vem ter a acompanhar a sua responsabilidade parlamentar, a ética e a educação. Não podemos abrir mão da ética e da educação, porque senão nós estaremos transformando este plenário num ponto de encontro pouco recomendável até, para aqueles que vêm assistir as sessões plenárias.

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro da Mesa que as notas taquigráficas do meu aparte, sejam imediatamente levadas ao nobre orador, uma vez que nessas notas, estão a verdade, na qual eu me solidarizei com a bancada toda da Arena, e recriei o ato contido e transcrito nos jornais, de que o Sr. Governador teria ficado irritado.

A minha reclamação é contra o Sr. Governador. E a minha solidariedade é a toda a bancada da Arena que se verdadeira a informação da Imprensa, tratou os Srs. Deputados todos, os do "Não" e os do "Sim", como verdadeiros chefes de gabinete, ou subalternos. Tem e continua tendo a minha solidariedade, toda a bancada da Arena porque deve exercitar seu voto livremente, como exercitou — e eu reconheço isso. Mas eu como estou sendo chamado de mal educado, e como estou sendo chamado de ter faltado à ética, quero deixar bem claro a minha solidariedade como Deputado, aos Deputados da Arena, e isso está contido nas notas taquigráficas que eu requeiro sejam passadas às mãos do nobre Deputado, que ele mesmo admitiu que apenas recobrou a sua atenção quando do meu aparte. Talvez estivesse ainda ligado a outro assunto e não ouviu perfeitamente quando a minha solidariedade foi dirigida a toda a bancada da ARENA, que exercitou livremente o seu voto, que tem e continua tendo essa solidariedade.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tércio de Albuquerque). — Solicito ao setor taquigráfico para enviar ao Deputado Airtton Cordeiro as notas do aparte do Deputado Deni Schwartz.

Com a palavra o Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado, permite um aparte? É a quinta vez que peço este aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo o aparte.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Solicitaria do nobre Deputado Airtton Cordeiro que, posteriormente, concedesse um aparte a este Deputado que também está solicitando.

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado Airtton Cordeiro, ouvi atentamente as suas brilhantes palavras, e confesso que, com todo respeito que tenho por todos os Deputados da nobre bancada da ARENA, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, quando V. Ex.<sup>a</sup> vem a esta Casa dizer que deve haver mais respeito entre os colegas Deputados.

Mas, o que a gente lamenta profundamente, principalmente este Deputado que, pela primeira vez exerce o mandato legislativo, é presenciar fatos como aquele que presenciamos no início desta semana, ou no fim da semana passada, de brigas, de atritos pessoais, de dois Deputados da ARENA.

Confesso que isto depõe muito e em muito o Poder Legislativo do Paraná. Isto é que é decepcionante meu caro Deputado Airtton Cordeiro, porque às vezes uma palavra dita a mais ou a menos...

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. José Tavares ... é muito comum no calor dos debates parlamentares. O que é altamente deprimente contra este Poder, que é um Poder digno, é ver dois Deputados...

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, falando pela ordem, o que nos estarrece é a falta de compreensão do ilustre Deputado que acaba de pedir aparte para o nosso companheiro de bancada.

Se atrito houve entre nós e o Deputado Quielse Crisóstomo, foi apenas um atrito de problema administrativo e não de problema pessoal, porque o Deputado Quielse é nosso amigo, continuamos a considerá-lo, e não admitimos que outro Deputado, de outra bancada, venha interferir em problemas nossos,



problemas completamente particulares, e isso que houve foi apenas uma conversa áspera entre dois amigos, e isso não serve, Sr. Deputado. Que a carapuça, Sr. Presidente, seja devolvida ao homem que não sabe se conduzir aqui dentro da Assembléia, ao homem que vem aqui para atirar pedras, sem pensar que a sua casa tem telhado de vidro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, peço que V. Ex.<sup>a</sup> me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente. Respondendo, pela ordem, ao aparte do eminente Deputado José Tavares da Silva. Gostaria de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado, que o episódio mencionado por V. Ex.<sup>a</sup>, em primeiro lugar, é um assunto de economia doméstica da ARENA, e gostaria também de lembrar ao eminente Deputado, de que as dissensões também ocorrem dentro do seu Partido.

Confesso que, de minha parte, não pretendo hoje, e não pretendo no futuro, me ocupar das divisões do MDB; quero me ocupar, sim, dos assuntos ligados à bancada do meu Partido.

Então, não vejo porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estejamos aqui a discutir sobre assuntos que estão ligados estreitamente aos Partidos políticos representados nesta Casa com caráter até particular.

Concedo aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Ex.<sup>a</sup> me permita um aparte? (Assentimento).

Início meu aparte fazendo um apelo para que possamos dialogar, neste plenário, em altos termos, como é desejo de todos aqueles que se ocupam desta Casa como um Poder Legislativo que só será respeitado na medida em que houver respeito entre seus componentes.

E considero, nobre Deputado Ailton Cordeiro, muito oportuna e judiciosa a sua intervenção, nesta manhã. Inclusive, porque nós, Deputados da Arena, não aceitamos qualquer tentativa de nos lançar contra a valorosa imprensa que tem dado cobertura a todas as atitudes do Governador do Estado e da bancada da Arena.

Temos observado, neste início de Governo Ney Braga, que novos tempos têm se aberto para a valorosa imprensa, com o término do malfadado do "press release", com a abertura de todas as portas para que a imprensa possa acompanhar, detalhadamente, todos os episódios da vida estadual. Parece-me que alguns Deputados pretendem criar um clima de constrangimento entre a bancada da Arena, o Governador e a imprensa. Mas, tenho a certeza de que a imprensa não aceitará esse tipo de jogo, e concordo com V. Ex.<sup>a</sup> quando diz que o problema do voto contrário à indicação do eminente arquiteto Jaime Lerner, ontem, é um problema "interna corporis" da bancada valorosa e aguerrida da Aliança Renovadora Nacional, porque, se não, poderíamos dizer, também, à bancada do Movimento Democrático Brasileiro, que temos o direito de explorar dissensões como as que ocorreram no passado, com os Deputados Scarpeolini e Gnoato, nos episódios que os Deputados da legislatura passada devem se recordar perfeitamente.

Portanto, nós da Arena, não aceitamos, "data venia", o entendimento dos companheiros do MDB, qualquer interferência, ou qualquer julgamento apriorístico que lhe façam os integrantes do Movimento Democrático Brasileiro, com um sentido apenas que, aliás, é o sentido que se tem verificado nesta Casa, com o sentido da intriga, com o sentido da difamação, que não deve perdurar numa casa política, onde devemos nos preocupar com os assuntos que interessam ao povo.

Ouçó, cada vez, embevecido, Deputado Ailton Cordeiro, quando um Deputado do MDB faz um pronunciamento, nesta Casa, sobre os temas preocupantes da vida nacional: sobre anistia, sobre reformulação partidária, sobre custo de vida, sobre

reivindicações de caráter local ou estadual. Mas, me entristeço quando vejo, por outro lado, outros Deputados tentando intrigar os companheiros do outro Partido. Isto é triste. Isto é lamentável.

Eu, eminente Deputado, respeito profundamente os homens das duas bancadas.

Esta é a minha Casa, por aqui já passaram meu velho pai, meu cunhado, meu irmão, e todos deixamos sempre uma marca: a marca da lealdade, a marca da altivez.

Sou fruto do voto popular.

Sempre defendi o voto popular para todos os escalões.

Os Anais desta Casa estão aí para comprovar que fui um dos primeiros Deputados a defender a extinção do Ato Institucional número 5; a defender o aprimoramento do regime democrático.

Ontem, pelas contingências legais, constitucionais, cumpri-mos o nosso dever e votamos a favor da indicação de Jaime Lerner para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Era este o aparte que eu gostaria de oferecer ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa comunica que V. Ex.<sup>a</sup> tem um minuto para concluir.

O Sr. Nestor Baptista — V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Peço vênia ao Deputado Nestor Baptista, para ler e concluir o meu pronunciamento, com o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz, ao pronunciamento do Líder do MDB.

Peço permissão, Sr. Presidente, para ler.

Leio:

"V. Ex.<sup>a</sup> dá o retrato do Brasil, e, se abrirmos os jornais de hoje, estarrecidos nós veremos como aqui, na nossa província, se tratam os ilustres Deputados da ARENA, quando o Governador colocado aí no Palácio Iguazu exige uma satisfação daquele Deputado que, por qualquer razão votou no NÃO, exige uma satisfação como se exige, do Chefe de Gabinete, como se exige do subalterno, porque teve um voto NÃO e, esse voto NÃO não lhe foi indicado, não lhe foi anunciado antecipadamente. Tratando os Deputados da ARENA — e aqui tem a solidariedade deste Deputado, aquele que têm a coragem de votar NÃO, os Srs. Deputados da ARENA, todos, têm a solidariedade deste Deputado agora, porque na verdade não podem ser tratados como Chefes de Gabinetes, subalternos, como foram tratados ontem, quando o Sr. Governador se rebelou com um voto NÃO, voto este que não lhe foi comunicado antecipadamente — como se o Deputado precisasse ir de joelhos, comunicar o que pensa, à Sua Majestade o Sr. Impos-to Governador do Estado".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, salvo melhor juízo, salvo melhor capacidade para interpretar, o eminente Deputado Deni Schwartz, acusou a todos os Deputados da ARENA de serem tratados, pelo Sr. Governador, como Chefes de Gabinetes, como subalternos, como subordinados. E não aceito este comportamento, Sr. Presidente, e penso fazer minhas, as palavras de todos os meus companheiros de bancada, porque cumprimos, ontem, aqui, um preceito constitucional; não fugimos à nossa responsabilidade. Eu prefiro o caminho do NÃO, ao caminho da fuga do Plenário; eu prefiro o caminho de uma afirmação positiva, do que a fuga à responsabilidade porque, todos os Deputados têm a responsabilidade de votar, mesmo que discordando. É mais nobre discordar com base em fundamentos, do que fugir a uma responsabilidade. E o povo não nos elegeu para fugirmos às nossas responsabilidades, ele nos delegou poderes, para que nós o representássemos nesta Casa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero, de minha parte, e agora falo em caráter pessoal, Sr. Presidente, dizer, que não

levarei deste plenário, nenhum tipo de acusação deste jaez, em nenhum momento e, virei sempre a esta tribuna, para defender qualquer companheiro meu que porventura venha a ser atingido injustamente por algum tipo de manifestação.

Condeno com toda veemência, desta tribuna, neste instante, Sr. Presidente, todo e qualquer pronunciamento em que a ética esteja ausente.

Não concedo aparte ao Deputado Nestor Baptista, por falta de tempo.— (Com revisão do orador).

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Questão de Ordem) — Apenas queria deixar bem claro, respeitando inclusive a capacidade do Deputado Airton Cordeiro que usou da tribuna, e de outros Senhores Deputados que também usaram da palavra.

Nenhum Deputado do MDB tentou atirar a imprensa contra os Deputados da ARENA e, nenhum Deputado da ARENA, contra a Imprensa.

Mas a verdade é que a manchete de "O ESTADO DO PARANÁ" diz:

"OVELHA NEGRA IRRITA NEY BRAGA" e que teria o Sr. Governador, telefonado ao seu Líder, para saber quem foi que votou contra!

Isto, na página três do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", de hoje.

Também o "CORREIO DE NOTÍCIAS" que eu já havia mencionado anteriormente, traz a mesma matéria.

Então não somos nós que estamos dizendo que houve alguém...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. NESTOR BAPTISTA — É uma questão de interpretação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, solicito que o Deputado Nestor Baptista esclareça o artigo do Regimento Interno para formular essa questão de ordem.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, Senhor Presidente. Apenas queria falar isso. Os dois jornais: "O Estado do Paraná" e o "Correio de Notícias".

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Senhor Presidente.

(Tumulto nas bancadas da ARENA e do MDB)

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Senhor Presidente, gostaria que regimentalmente o nobre Deputado Argüisse a infração que, porventura o Regimento Interno da Casa está sofrendo, para amparar a sua questão de ordem.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Pela ordem, Senhor Presidente. Me inscrevo para explicações pessoais, logo após, no tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.— Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/78, de autoria do ex-Deputado VALTER PIETRÂNGELO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Assistência Social Bom Pastor, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁ-

VEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 139/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "BOM PASTOR", com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se declara de utilidade pública, o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "BOM PASTOR", caracteriza-se pela filosofia de Evangelização, Cultura e Assistência Social, com finalidade principal a de promover assistência às pessoas desamparadas, sem distinção de raça e cor, fé regiliosa, credo político e assistência a órfãos, internados ou não.

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "BOM PASTOR", foi fundado em trinta e um de janeiro de mil novecentos e sessenta e seis, com duração indeterminada e vem funcionando até a presente data, atendendo plenamente seus objetivos estatutários, na cidade de Paranaguá, no litoral deste Estado.

Pela Lei n.º 1.208, de cinco de junho de mil novecentos e setenta e oito, sancionada pelo Poder Executivo do Município de Paranaguá, foi declarada de utilidade pública naquela cidade, motivo que vem corroborar o presente projeto de lei estadual.

Todas estas condições apresentadas, preenchem os principais requisitos exigidos para que se conceda ao SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "BOM PASTOR", a indispensável declaração de utilidade pública.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 139/78

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Valter Pietrângelo, o presente Projeto de Lei n.º 139/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "BOM PASTOR", com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(aa) Muggiati Filho, Presidente;

Waldenício Barbalho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (S.O.S.) de Pitanga, com sede e foro no Município de Pitanga. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo, por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 140/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (S.O.S.) de Pitanga, devidamente

inscrito no Ministério da Fazenda sob o n.º 75680686/001-08, registrado no Conselho Nacional de Serviços sob o n.º..... 223.822/72, e no Cartório de Títulos e documentos sob n.º 15, fls. 26, do Livro "A", em 13 de outubro de 1.971;

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Jurandir Messias.

#### JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à comunidade de Pitanga, no setor de assistência social e filantrópica, conforme preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública, em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 140/78

##### PARECER

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o presente Projeto de Lei n.º 140/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE PITANGA — S.O.S.", com sede em Pitanga.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira, Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE PITANGA — S.O.S.", com sede e foro no Município de Pitanga.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) Luiz Alberto Oliveira, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Vija Auziins Schimidt, ocorrido no Município de Campo Largo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 166/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 12/79. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja providenciada a instalação de um telefone no "Grupo Escolar Gabriel Prestes", na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de ofício à Coordenadoria Regional do INCRA, no sentido de que o trâmite das cartas de anuência sejam efetivadas no prazo máximo de quarenta e oito horas. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Presidente da SANEPAR, no sentido de que seja providenciado para a normalização do sistema de água no Município de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo providências para a eletrificação rural na localidade de Flor da Serra, Município de Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do Instituto de Terras e Cartografia, sugerindo a publicação nos Anais do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo urgente continuidade do asfaltamento do trecho rodoviário Campina da Lagoa a Iretama. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao "Jornal Rural", pelo seu artigo-base, publicado na sua edição de n.º 68, denominado "Sem Repensar Modelo Novo Governo não Realiza Metas. Veja os Conflitos". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Ordem dos Advogados (Secção do RS) e Associação Brasileira de Imprensa pela firme e destemida posição assumida, com referência à prisão do casal Lilian Celiberti e Universindo Diaz. —

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O Deputado Fuad Nacli está impedido, constitucionalmente, ou regimentalmente para levantar questões ou dúvidas.  
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vou repetir a súmula e colocar em discussão.

Requer voto de solidariedade à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e outras entidades. Em discussão. Em votação. **APROVADO.**

O Sr. Augusto Carneiro — Pela ordem, Sr. Presidente. Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados aprovam o requerimento.

03 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para a votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Vossa Excelência anunciou que resultado? Qual foi o resultado que Vossa Excelência anunciou?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — 17 Srs. Depu-

tados o aprovam.

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência conferir, existem mais Deputados no Plenário, inclusive aqueles que saíram, Sr. Presidente, para não dar "quorum". E aqui fica a resposta, então, Sr. Presidente, àqueles que dizem que deve votar e não fugir. Porque ontem fomos acusados de fugir do plenário. E agora, vimos que Deputados saíram para não dar "quorum". A resposta devida, então.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra Vossa Excelência.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Defiro. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — 27 Srs. Deputados presentes, responderam a chamada. Não há "quorum" para a votação da matéria, e sim, para o prosseguimento da sessão.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência mandasse apanhar as notas taquigráficas e verificasse que Vossa Excelência já tinha dado o requerimento como aprovado. Então, eu queria que Vossa Excelência pegasse as notas e verificasse que Vossa Excelência, inclusive já tinha aprovado o requerimento, dado o resultado. E depois o Senhor, indevidamente, atendendo solicitação do segundo Secretário, que se encontra na Mesa, substituindo o Sr. Domício Scaramella, o Senhor mandou fazer nova votação, nova verificação. Então, pediria que Vossa Excelência fizesse a verificação das notas que foram registradas para ver que Vossa Excelência já tinha aprovado e dado como aprovado, o envio desta Casa, de um voto de solidariedade para os nossos amigos e correigionários...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Não procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência porque o Deputado Augusto Carneiro pediu verificação de votação.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência já tinha dado como aprovado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O Deputado Darcy Deitos, naturalmente, não está ainda bem inteirado, do que permite e do que não permite o Regimento Interno. Realmente, tinha sido votado, e cabe a qualquer Deputado requerer, isso é regimental, requerer a verificação de votação.

Foi exatamente o que este Deputado fez, e que acertadamente, foi deferido por Sua Excelência, Sr. Presidente.

E era esse o esclarecimento que eu queria fazer nesta Questão de Ordem. Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço ao nobre companheiro Augusto Carneiro, pela lição de Regimento Interno que está nos dando, mas, pelo que entendi, que Vossa Excelência já tinha aprovado. E Vossa Excelência o Deputado Augusto Carneiro, pediu verificação de votação posteriormente, com o veredito da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos metalúrgicos de Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo, pela sua luta por melhores salários. A Mesa deixa de receber por considerar matéria vencida, que já foi objeto de apreciação na sessão de 14 de março de 1979. Dado como rejeitado.

Para uma Questão de Ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente: O assunto não é o mesmo. Tenho em mãos, cópia de um telex, de que esses Sindicatos em que quer se prestar um voto de solidariedade, foram invadidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo nesta madrugada. É um despacho que temos em mãos, e esse assunto versa sobre este fato, agora.

Então me parece que não é possível, ter sido tratado da matéria, porque o fato aconteceu nesta madrugada.

Ambos são de solidariedade.

Solidariedade pela invasão que sofreu, Sr. Presidente.

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa considera como matéria vencida.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de Ordem) — Sr. Presidente.

O outro requerimento generalizava o pedido, aos metalúrgicos e aos professores de São Paulo. Este é específico, e é assunto presente. Não é do dia 14, é de hoje. O outro requerimento generalizava porque atingia a todos os metalúrgicos, inclusive do Interior de São Paulo, e aos professores do Rio.

Este requerimento hoje, é especificamente ao caso da madrugada de hoje.

O SR. DARCY DEITOS — (Questão de Ordem) — Sr. Presidente.

Ele versava sobre solidariedade aos metalúrgicos do Estado de São Paulo, e aos Professores do Rio de Janeiro, este, é um fato novo, completamente novo, e são aos três sindicatos que foram invadidos.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Pela ordem Sr. Presidente.

Pelo que a nossa bancada entendeu, apesar dos nobres Deputados da Oposição dizerem que se trata de um outro assunto, e não aquele que considera matéria vencida, mas, pela súmula do requerimento apresentado pelo nobre Deputado Darcy Deitos, trata-se da mesma coisa. O requerimento que foi rejeitado por esta Casa, era um voto de solidariedade aos operários que se achavam e se acham em greve, e o mesmo requerimento tem a mesma súmula, o mesmo assunto, embora a justificativa possa dizer outra coisa. Mas a nossa bancada entende de que é a mesma matéria, e por isto, estamos de acordo com a decisão da Mesa por rejeitar o requerimento.

Ele poderá ser vazado em outros termos e não nos mesmos do requerimento que já foi rejeitado. Obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, o entendimento segundo o Deputado que falou anteriormente, foi da bancada arenista, O entendimento da bancada da Oposição, nesta Casa, é outro, mesmo porque não estamos discutindo a súmula do requerimento e sim o corpo da matéria, no seu todo, e é regimental, disciplina o Regimento Interno desta Casa, que se vote tal tipo de proposição.

Por isto, entendo que deva ser discutida a matéria, deva ser, inclusive, aprovada ou não, mas debatida nesta Casa. Se assim não for, fica aqui o protesto deste Deputado. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para encaminhar a votação deste requerimento, sanando assim... inclusive porque pretendo fazer a justificativa verbal do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O presente requerimento não está sendo objeto de discussão. A Mesa deixou de receber e continua com a sua posição. É definitivo.

matéria que está em discussão, que o nobre Deputado está discutindo?

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A matéria não está em discussão. 28 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há quorum para votação. Adie-se a matéria para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o encaminhamento de ofício a autoridades, Sr. Presidente da República e Governador do Estado, solicitando emenda constitucional. Em discussão. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão e votações adiadas, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Chefe do Poder Executivo, sobre o Estádio Pinheirão. Em discussão. - **Encerrada a discussão.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que determine à Mesa, faça constar na Ordem do Dia da próxima terça-feira, para apreciação desta Casa, um veto governamental sobre uma Emenda Constitucional da Lei Mineira, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que está pronta para ser apreciada por esta Casa.

Isso se torna necessário, antes que se escoe o prazo regimental que a Casa tem para apreciar a matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa vai verificar, se o mesmo se encontrar em condições será incluído na Ordem do Dia.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, apenas quero corrigir que não se trata de projeto de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, mas sim do próprio Líder da Arena, Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, para Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabamos de receber um telex de São Paulo, de alta gravidade e que, em parte, já foi discutido aqui.

Diz o seguinte:

"Ministro do Trabalho decretou intervenção nos Sindicatos do ABC, destituindo as diretorias".

Diz mais o telex, e pediria a atenção dos Srs. Deputados:

"1. — Os Sindicatos dos Metalúrgicos foram ocupados por tropas da Polícia Militar, nesta madrugada. Todos os quarteirões que dão acesso aos prédios dos Sindicatos estão interditados. Ninguém pode passar. Como a sucursal é muito próxima do Sindicato de Santo André, quase que não deixavam nem a gente passar".

Estou me referindo a um telex recebido de uma sucursal de um dos jornais de São Paulo.

"2. — Há "brucutus", da Polícia Militar, cavalaria, pelotões de choque e viaturas do Corpo de Bombeiros, para dispersar as aglomerações. Ninguém chega nas sedes. Alguns jornalistas foram presos pela manhã. O fotógrafo da "Veja" foi preso.

3. — A ocupação ocorreu às 4:30 da manhã. Carros da rota circulam pelo ABC. O trânsito está congestionado até às proximidades da Via Anchieta.

4. — Em Santo André, 90 permanecem dentro da sede do Sindicato; em São Caetano, há 27 pessoas lá dentro. Em São Caetano foram presos 17 operários; em São Bernardo do Campo, há cerca de 300 trabalhadores e jornalistas dentro da sede.

Aquela história: "quem está dentro não sai; quem está fora não entra".

O Deputado Geraldo Siqueira foi agredido pela Polícia quando fazia um apelo para que liberassem um operário que foi preso.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar...

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Se for sobre o mesmo assunto, a Mesa já decidiu e não vai conceder.

O SR. LINEU TURRA — Na forma do Regimento Interno, recorro para o Plenário da decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Como não há número para a votação, a matéria fica sobre a mesa para uma...

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Requeiro de Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificar se há ou não número.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido. O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, dentro do Regimento Interno da Casa, nós "estamos chovendo no molhado". Há poucos instantes foi votado um requerimento e não havia "quorum". Portanto, como dizia Camões, "cessa tudo o que a antiga musa canta" e só na próxima sessão que nós poderemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário fará a chamada nominal dos presentes.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — 28 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, pediria a palavra para concluir sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. DARCY DEITOS — É lamentável que dois requerimentos apresentados hoje nesta Casa, de dois assuntos realmente palpitantes, onde os legítimos interesses e a integridade dos que aqui residem nesta Pátria, são desconhecidos pela nobre bancada da ARENA, e, também fiquei chocado com a atitude de Vossa Excelência.

O Sr. Quíelise Crisóstomo — Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de saber do nobre Deputado qual o artigo do Regimento Interno que está sendo infringindo para utilização da palavra pela ordem. O nobre Deputado usa da palavra, livremente, a qualquer momento, sem arguir o Regimento Interno. É bom que ele aprenda, já está em tempo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque)

O SR. DARCY DEITOS — Gostaria de perguntar também qual o artigo que o nobre Deputado Quíelise Crisóstomo invocou.

O Sr. Quíelise Crisóstomo — É o próprio Regimento Interno que Vossa Excelência está infringindo "in totum". Estou arguindo a totalidade do regimento interno.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Artigo 98 do Regimento Interno.

O SR. DARCY DEITOS — Então, um assunto realmente palpitante, onde os legítimos interesses do trabalhador brasileiro, onde esta Casa deveria se manifestar em favor, em solidariedade àqueles irmãos nossos lá em São Paulo, esta Casa, lamentavelmente, e por uma atitude com a qual fiquei realmente chocado, atitude de Vossa Excelência, porque democrata que é, como bem o conheço, para mim a sua atitude não foi essencialmente de uma democracia no exercício... nesta oportunidade.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) — Qual a

Em São Caetano, o pessoal que está dentro do Sindicato está sem alimentos, sem cigarros, e ninguém pode sair para comprar, porque os policiais não deixam. E dizem que, dentro da própria entidade, não permitem circulação entre os andares. Os telefones estão censurados, mas as linhas não foram cortadas.

David Moraes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, está nas proximidades do Sindicato de São Bernardo, tentando a retirada dos jornalistas, mas não consegue; a polícia não deixa."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente é um fato de extrema gravidade.

Por todos os cantos do País, está se apregoando a abertura, e nesta Casa, hoje mesmo, falou-se das intenções do Governo na abertura. Mas, na primeira oportunidade em que se pensa em abertura, vemos que ela é apenas para uso externo.

Nessa intervenção dos Sindicatos do ABC, com a destituição das diretorias, do sindicalismo autêntico do Brasil, vem demonstrar que, realmente, aquilo que nós do MDB temos denunciado, de que abertura não existe, está ocorrendo.

Realmente, os termos de redemocratização, democracia relativa e tantos termos que foram criados nos últimos anos, servem apenas para tapar o sol com a peneira.

Ne verdade, Srs. Deputados, nas mãos dos operários do ABC, nas mãos dos professores do Paraná, do Rio de Janeiro, nas mãos dos lixeiros do Rio de Janeiro, em outras classes, como a dos Advogados, como a dos médicos residentes que se rebelaram contra o sistema político que se implantou neste País nas mãos dessas pessoas é que se estava conseguindo abertura. E esta atitude do Ministro do Trabalho e o Governo que aí está, nesta oportunidade, vem demonstrar claramente que não se pretende abertura, que não se pretende redemocratização. Se assim fosse, Srs. Deputados, os meios democráticos seriam utilizados para se chegar a uma solução do impasse.

Infelizmente - e eu tenho quase certeza -, o Sindicato dos Empregadores não foi o culpado. É aquilo que já denunciemos nesta Casa: quando se pretendeu instalar neste País, se implantar neste País as célebres "simonetas"; quando se pretendeu racionalizar o uso da gasolina, e quando inclusive o Ministro Shigeaki Ueki, às 10,00 horas da manhã, dava declarações de que, à tarde, seriam implantadas as "simonetas", o que nós vimos foi que, apenas a uma visita do Sr. Mário Carneiro, Presidente da Federação das Empresas Automobilísticas, o que vimos foi o Governo, à tarde, haver cedido e não haver implantado, porque os interesses das indústrias automobilísticas das multinacionais eram superiores.

Novamente, agora, no último domingo, nós vimos este cidadão, tal qual um pai, representando as multinacionais que devoram este País, utilizando-se de uma rede imensa de televisão, a Rede Globo, para fazer um apelo inclusive para dividir famílias, fazendo um apelo para que as esposas procurassem aconselhar os seus maridos a voltarem a trabalhar.

Para voltarem a trabalhar, para engordarem os já ricos, bolsos dos ricos, das multinacionais que devoram este País.

O momento é grave, Sr. Presidente.

Por esta razão que pedi, neste momento, em que as aberturas estão caindo por terra, porque eu acho que a nossa Assembleia, independentemente de siglas partidárias, deve estar atenta a estes fatos.

**O Sr. Renato Bernardi** -- Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Deni Schwartz, na manifestação de Vossa Excelência, e no transcorrer desta manhã, nós sentimos claramente que, no primeiro teste a que se submete o Governo do novo General-Presidente da República Brasileira, a democracia está sendo reprovada; reprovada por aqueles que confundem Abertura com um processo, apenas para tornar mais simpática, perante a opinião pública, uma sistemática de Governo autocrática, arbitrária, excepcional.

E, usando as próprias palavras do General-Presidente, de que "se deve rasgar a fantasia", é preciso também que, esta autocracia imperante no Brasil, tenha a coragem de assumir publicamente, a responsabilidade que lhe cabe e, não tentar iludir ainda mais uma vez a opinião pública nacional e internacional. O SR. DENI SCHWARTZ -- Sr. Presidente, a gravidade do momento exige, repito, de todos nós, Deputados, e eu, nesta oportunidade, quero reafirmar o que disse o ilustre Deputado Airton Cordeiro, realmente, todos nós fomos buscar dentro do povo, no seio do povo, a autoridade para aqui discutirmos os problemas estaduais e nacionais. E esta responsabilidade nos impõe, a todos homens, de um ou de outro Partido, um momento de reflexão, pois não é possível que na primeira, como disse o Deputado Renato Bernardi, na primeira tentativa já chegássemos à triste conclusão de que as aberturas nada mais são do que instrumentos utilizados pelo sistema político implantado neste País, para iludir os políticos, os liberais, o povo, e todos os brasileiros enfim.

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS -- Sr. Presidente, eu queria trazer aqui, algumas explicações pessoais a um mal entendido que houve nesta Casa, pelos pronunciamentos feitos pelos nossos colegas de bancada.

Sem embargo eu me limito apenas a dizer, que o mesmo respeito que devemos ter uns para com os outros nesta Casa, nós exigimos hoje do Governo, diante das justas reivindicações dos operários em São Paulo, e que hoje foram desrespeitados em seus direitos fundamentais, como são esses de reclamar e reivindicar melhores dias e melhores salários.

Que o mesmo respeito seja também extensivo às declarações de imprensa, que fizeram e que se fazem, por nobres colegas desta Casa, e que me motivaram inclusive, a usar o termo, talvez infeliz -, de moleque, mas não encontrei outro. Fomos desrespeitados na imprensa. O respeito que deve reinar dentro desta Casa, também deve reinar fora, porque, embora seja essa Casa um recinto sagrado, não menos sagrados são os direitos do povo, que devem ser respeitados.

Seria apenas isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO -- dos Projetos de Resolução nºs 01, 02 e 03/78 e 108 e 135/78.

2ª DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei nºs 139 e 140/78.  
Levanta-se a Sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA -- 8ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e nove, às dez e trinta horas, na Sala de Reunião das Comissões, foi instalada a Comissão de Orçamento. Verificada a existência de quorum, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Egon Pudell, de acordo com o que determina o Artigo 40 do Regimento Interno. Feita a chamada, foi constatada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Leônidas Ferreira Chaves, Antônio Facci, Darcy Deitos e Waldyr Pugliesi. Prosseguindo, o Deputado Egon Pudell diz da necessidade de serem eleitos o Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão, submetendo à apreciação de seus pares, o nome do Deputado Leônidas Ferreira Chaves para o cargo de Presidente. A indicação foi aceita pela totalidade dos presentes. Pedindo a palavra, o Deputado Darcy Deitos indica o nome de seu companheiro, Antônio Facci, para a Vice-Presidência. Esta indicação,



foi igualmente aceita por unanimidade. Assumindo a Presidência, o Deputado Leônidas Ferreira Chaves agradece a indicação de seu nome para presidir tão importante Comissão, dizendo ainda, que tudo fará para bem desempenhar esta função. Prosseguindo, indica o nome da funcionária deste Poder, Elcy Silva Batista, para secretariar os trabalhos da Comissão de Orçamento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes, e por mim, Secretária.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1979.

(aa) LEÔNIDAS FERREIRA CHAVES — Presidente  
ANTÔNIO FACCI — Vice-Presidente  
EGON PUDELL  
DARCY DEITOS  
WALDYR PUGLIESI  
Elcy Silva Batista — Secretária

#### Portarias:

##### PORTARIA Nº 174/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2354, de 19 de março de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, ENÉAS EUGÊNIO PEREIRA FARIAS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no período compreendido entre 1.º de março a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

##### PORTARIA Nº 175/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2396, de 20 de março de 1979, de 20 de março de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, RUBENS GUAREZI, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fabiano Braga Côrtes, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

##### PORTARIA Nº 176/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2396, de 20 de março de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Presidência, a partir de 1.º de abril do corrente ano:

JOGUIBE MANSUR — Mat. 312

IRANI CARINI — Mat. 179

LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA — Mat. 477

LUIZA ZACK VIANTE — Mat. 213

CENIRA DOS SANTOS FREITAS — Mat. 194

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP — Mat. 049

JAHIR DELAGASSA — Mat. 075

IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO — Mat. 207

RAUL ZIPPERER — Mat. 522

LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL — Mat. 537

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

#### Decretos:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 252/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1476, de 19 de fevereiro de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IRANI CARINI, matrícula nº 179, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Técnico em Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 253/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1465, de 19 de fevereiro de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula nº 366, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 254/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1524, de 20 de fevereiro de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO GULBINO, matrícula nº 164, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSI - 1.º Secretário  
DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 255/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1167, de 06 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de PAULO DE SOUZA FILHO, matrícula n.º 441, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de fevereiro de 1971 e 28 de agosto de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias de 1952, 1953 e 1954, contadas em dobro; e,

II - conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da supra citada Lei n.º 6174, a partir de 26 de dezembro de 1978, data que, em razão da incorporação retro, completou trinta (30) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSI - 1.º Secretário  
DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 256/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1951, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AYRTON PRECOMA, matrícula n.º 511, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1978.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSI - 1.º Secretário  
DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 257/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 931, de 30 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ARLETTE BELMONT ZEBALLOS, matrícula n.º 235, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 23 de abril de 1971 e 23 de outubro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970; e

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 23 de dezembro de 1978, data que, em razão da incorporação retro, completou vinte (20) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSI - 1.º Secretário  
DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 258/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 722, de 23 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JANET DA SILVA SANTOS, matrícula n.º 338, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 03 de fevereiro de 1979, data que completou vinte (20) anos de serviço público, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSI - 1.º Secretário  
DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário